

Sabemos que a saúde não tem preço, mas tem um custo e que múltiplos fatores estão relacionados com o progressivo aumento desses custos. Querer colocar o médico como o vilão dessa história é assumir postura equivocada do problema. Com efeito, até aí tudo poderia ser questionado, debatido e reavaliado, se o citado conferencista (?) não tivesse outras intenções.

O que se viu e a todos produziu constrangimento, foi uma seqüência de colocações indevidas e pejorativas dirigidas aos médicos. Ao comentar que o “mercado dita as regras”, saiu-se com a seguinte historinha: “O médico entra no restaurante, examina o cardápio, escolhe a comida e vai embora. Em seguida, entra o paciente, senta-se à mesa e come a refeição que ele não pediu e que não tem intenção de pagar. Após terminar de comer, tendo gostado ou não, levanta-se e vai embora. Então entra o financiador e

paga pela comida que ele não pediu nem comeu”.

Ao analisar o “aparato tecnológico” colocado à disposição, fez a seguinte observação: “Quando o doutor escreve a receita, olha-nos uma última vez para ver se pôe um remédio dos caros ou dos baratos”.

Na sua ânsia em querer desmoralizar os médicos foi ainda mais longe ao exibir uma charge intitulada “Piratas do Tietê”, do humorista Laerte, que satiriza num só tempo médico e paciente (usuário). Isso mesmo, nem com o seu usuário ele teve respeito. Para o presidente nacional do CIEFAS, melhor seria que, para os planos de saúde que ele comanda não existissem médicos nem pacientes.

Em síntese, deixou bem claro para os presentes a real dimensão do seu pensamento. De uma entidade que formalizou denúncia ao CADE contra as entidades médicas (e que ainda hoje sofremos com isso), de

filiadas que descredenciam médicos de forma unilateral e arbitrária, que impõem tabelas de preços e protocolos, que driblam a ANS ao oferecer assistência a pessoas não vinculadas às empresas patrocinadoras, não poderia se esperar outra coisa.

Cabe agora aos médicos brasileiros refletirem sobre este lamentável episódio que marcou negativamente um evento de extraordinária importância para o futuro do setor de assistência suplementar no Brasil.”

Assim, a história da AMB/CBR versus CIEFAS/UNIDAS está tomando um rumo em favor dos médicos especialistas que precisam ser bem remunerados pelo trabalho que realizam para toda a população não importando se através de planos de saúde, particular ou público. Confira o relatório fornecido pela Assessoria Jurídica do CBR contando o que foi feito e como está o andamento do processo.

Em 21 de fevereiro de 2001, o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR) ingressou com Representação – Processo Administrativo nº 08012.001098/2001-84 – em face do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde (CIEFAS) junto à Secretaria de Direito Econômico, órgão integrante do Ministério da Justiça, encarregado do exame de Representações em matéria de infração à ordem econômica.

O fundamento utilizado pelo CBR foi a imposição de honorários médicos expressivamente reduzidos por parte do CIEFAS, usurpando de seu papel de alta relevância dentro do cenário nacional de assistência à saúde, já que congregava, à época, mais de 140 entidades que juntas assistiam a mais de 7,2 milhões de pessoas, tudo em detrimento da justa remuneração dos prestadores de serviço e em flagrante ofensa à ordem econômica.

À vista dos argumentos expostos pelo CBR, o Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico, entendeu, em 17 de abril de 2001, que transpareciam indícios de que o CIEFAS realmente estaria interferindo nos mecanismos de formação dos preços dos serviços médico-radiológicos, bem como impondo à rede credenciada a adoção da Lista Referencial de Honorários e Procedimentos Médicos.

Segue-se que em 19 de abril do mesmo ano, o então Secretário de Direito Econômico, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, decidiu instaurar averiguação preliminar em face do CIEFAS, com a adoção das providências cabíveis para apuração da conduta infrativa à ordem econômica, incluindo até mesmo a realização de diligências.

Em 16 de julho de 2001, foi determinada a instauração de processo administrativo, com a notificação do CIEFAS.

Após ser devidamente notificado e solicitar dilação de prazo, ofereceu o CIEFAS em 15 de agosto de 2001 sua Defesa

Administrativa, aduzindo inexistir prova de caracterização de conduta infringente à ordem econômica traduzida em conduta comercial concertada, haja vista que apenas forneceria apoio técnico às entidades filiadas tomadoras de serviços médicos, cujos prestadores teriam plena liberdade na fixação de preços, não merecendo por essa razão ser punido.

Encerrada a fase procedimental no âmbito da Secretaria de Direito Econômico, em abril de 2002 o caso foi encaminhado ao CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sendo sorteado ao Conselheiro Miguel Tebar Barrionuevo.

Conforme publicação veiculada no Diário Oficial de 24 de julho p.p., decidiu o CADE pela procedência da Representação, considerando o CIEFAS como incurso nas práticas infrativas à ordem econômica definida nos arts. 20, I e IV e 21, II, todos da Lei Federal 8.884/94, que dizem respeito respectivamente à limitação à livre iniciativa ou livre concorrência, exercício abusivo de posição dominante e obtenção ou influência à adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes.

Em razão de tais ilícitos, decidiu ainda o CADE impor ao CIEFAS as seguintes penalidades: obrigação de não mais fabricar/publicar qualquer tabela estabelecendo qualquer tipo de honorário de prestação de serviços médicos (i); multa de R\$63.846,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais) (ii); obrigação de custear publicação em meia página, em jornal de grande circulação no mercado relevante geográfico, do extrato do voto decisório, por dois dias seguidos e em duas semanas consecutivas (iii); obrigação de comunicar o teor da decisão a todos os associados (iv) e aplicação de multa diária no valor de R\$6.384,00 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais) em caso de descumprimento das cominações acima.